

Rodovias: agora, resta só edital de concessão

Documento deve ser publicado neste mês

ANDERSON FIRMINO
DA REDAÇÃO

A proposta de concessão de rodovias como a Padre Manuel da Nóbrega deu mais um passo. O Governo do Estado aprovou a modelagem final para o leilão de 213 quilômetros de rodovias do chamado Lote Litoral Paulista. Os investimentos estão estimados em R\$ 4,3 bilhões. De acordo com a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI). O edital deve ser publicado ainda neste mês.

O projeto abrange a concessão, por 30 anos, de rodovias que ligam o Alto Tietê ao Litoral Sul. Os trechos das rodovias SP-055 (Padre Manuel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga) passam pelos municípios de Arujá, Bertioga,

Itanhaém, Itaquaquecetuba, Itariri, Miracatu, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande e Santos.

Ainda segundo a SPI, "os recursos serão aplicados em projetos de duplicação, ampliação de vias, acessos, melhorias em dispositivos de acesso e retorno, entre outras obras de infraestrutura viária, além de serviços como atendimento por equipes de socorro mecânico, guincho, primeiros socorros e monitoramento das rodovias por sistemas de câmeras". Além disso, "o detalhamento do projeto estará no edital".

PEDÁGIOS

Uma das questões que preocupam municípios do Litoral Sul, especialmente os que usam a Padre Manuel



Estado planeja conceder ao setor privado, por 30 anos, rodovias que ligam o Alto Tietê ao Litoral Sul. Entre elas, a Padre Manuel da Nóbrega

da Nóbrega, é quanto à prevista instalação de oito praças de pedágio na via, com tarifa de R\$ 1,29 cada.

Em agosto, a licitação havia sido suspensa após liminar do juiz Bruno Machado Miano, da Vara da Fazenda Pública de Mogi das Cruzes. A alegação era de que uma audiência pública, realizada pela Agência de Transporte do Estado (Artesp), não foi suficiente para ouvir as demandas dos afetados pe-

los novos pedágios.

A decisão foi suspensa pelo desembargador Antonio Celso Aguilar Cortez, da 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP), e comunicada pela Artesp no início de setembro.

PREFEITURA

Em nota, a Prefeitura de Itanhaém afirma que "foi ouvida parcialmente pelo Estado, mantendo, assim, posicionamento contrário à mo-

delagem da concessão".

A Administração acrescenta que "houve um avanço com relação aos serviços executados na extensão que compreende o território do Município, como a inclusão de oito novas passagens em desnível, ampliação da infraestrutura nas marginais e retirada de um dos quatro pórticos".

A Prefeitura entende, ainda, que "há necessidade de outros serviços, como drenagem de águas plu-

viais, além da retirada de pelo menos mais um pórtico e a alteração de local de outro".

"Estes pleitos não foram atendidos, bem como a não cobrança de tarifa de pedágio, tendo em vista o impacto negativo que afetará o cotidiano da população de Itanhaém e das cidades da região, além do turismo, a principal atividade econômica do Litoral Sul", complementa o Município.